

O Ensaio Geral da Cabanagem: Manaus, 1832

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro*

RESUMO: A história da cidade de Manaus (outrora Vila da Barra do Rio Negro) é repleta de episódios marcantes, embora pouco freqüentados pelos estudiosos de seu passado e de todo desconhecidos de seus moradores. Desde seus primórdios, ainda como acanhado núcleo colonial adstrito à fortificação militar erguida em 1669, o lugarejo já enfrentara dissensões e revoltas que, por vezes, colocavam em risco sua sobrevivência. Sem direitos ou garantias e inexistindo canais de representação política, os populares de Manaus nem por isso deixavam de participar da cena política e, como em outros lugares, encontraram nos motins um espaço por onde podiam encaminhar suas reivindicações e protestos. Assim, durante toda a primeira metade do século XIX, Manaus vivenciou diversos levantes populares, que tinham como características invariáveis um senso muito particular de justiça popular pautada na ação direta e violenta que incidia contra aqueles que eram identificados pela massa oprimida como sendo os responsáveis por suas desventuras. Em 1832 a cidade explode numa de suas maiores insurreições e é possível ver nela, seja por seus ideários, seja por seus atores e métodos, as marcas maiores que caracterizariam, anos depois, o mais importante movimento popular de massas ocorrido em toda a Amazônia: a Cabanagem

Palavra-Chave: Cabanagem, Revolta Popular, Amazônia.

ABSTRACT: The history of the city of Manaus (formerly Vila da Barra do Rio Negro) is replete of outstanding episodes, although little frequented by the specialists of his past and of all ignored of their residents. During the whole first half of the century XIX, Manaus lived several popular revolts, that they had as invariable characteristics a sense very peculiar of ruled popular justice in the direct and violent action that happened against of those that were. In 1832 the city explodes in an of their largest insurrections and it is possible to see in her, be for their devise, be for their actors and methods, the largest marks than they would characterize, years later, the most important popular movement of masses happened in all the Amazonian one: Cabanagem

Keyword: Cabanagem, Popular Riots, Amazonian.

A Cabanagem não deve ser entendida como um movimento episódico, sendo antes um processo de múltiplas tensões que encerram percursos, demandas, ideários e objetivos distintos. Percorrendo trajetórias diferenciadas, arrastando-se por temporalidades múltiplas, tais tensões imbricam-se num dado momento, produzindo ações e reações de grande impacto no conjunto da sociedade do Grão-Pará. Por entendê-la dessa forma é que se tem evitado esboçar uma cronologia estabelecida a partir de fatos isolados, dando preferência a análise dos processos que consubstanciavam cada uma dessas tensões.

Em trabalhos anteriores, defendemos a idéia de que a Cabanagem emerge em meados da década de 1830 como o resultado do encontro de duas dessas trajetórias de tensões, que

* Doutor em História pela PUC-SP, Professor da Universidade Federal do Amazonas.
E-mail: balkar@ufam.edu.br

embora não fossem isoladas, fundavam-se, todavia, em bases distintas e apresentavam cenários, personagens e tramas próprias. A primeira dessas trajetórias articula as já bem documentadas e discutidas contradições palacianas e os embates políticos de segmentos nacionais emergentes em luta por ascensão política, prestígio e poder e, é claro, após 1820, em luta também pela emancipação política frente a Portugal, razão pela qual seu entendimento tem sido frequentemente associado aos denominados “movimentos nativistas”. (Cf.: SILVA, 1997)

Dessa forma, quando se recuperam as atuações de personagens como Batista Campos, Félix Malcher, Francisco Vinagre ou Eduardo Angelim, deixando ver por meio de seus bandos e proclamações um questionamento ácido da relação entre a Corte do Rio de Janeiro e as Províncias do Norte, se está desafiando apenas essa trajetória. Ela também apresenta uma temporalidade própria, intimamente ligada ao quadro da vida política provincial, onde as querelas partidárias, amplificadas após 1820, no âmbito do complexo momento de redefinição/afirmação do Estado Nacional Brasileiro, mediavam o jogo de interesses conflitantes dos segmentos dominantes.

Antagonizando os emergentes proprietários “brancos” do Grão-Pará¹, que representavam a si mesmos como “nacionais”, essas tensões específicas tinham suas bases materiais ligadas ao centro dinâmico da Província (Belém e seus arredores) e esbarravam na pressão contrária de uma elite política de descendência metropolitana. Neste confronto, as demandas esboçadas pelos “nacionais” vinham à tona embasadas e/ou revestidas por um discurso marcado por um tênue liberalismo e por um igualmente vago sentimento nacionalista.

Assim, para os segmentos dominantes de origem nacional os entraves à ascensão estariam na dificuldade em proceder ao alijamento da facção lusitana – até então monopolizadora dos postos de maior prestígio e poder –, e na insistente recusa por parte do novo poder central (instaurado no Rio de Janeiro em 1822) em reconhecer e legitimar aspirações lançadas por aquela facção dissidente.

Num plano bem diverso, o “populacho” – fundindo etnias e condições sócio-econômicas as mais diversas – arrastava desde os tempos coloniais uma condição franca de marginalidade social, que volta e meia os impelia à revolta. Embora irmanados a partir de uma condição comum de submissão frente aos grupos dominantes de proprietários e

¹ Havia de fato muitos mestiços e pardos nesse contingente, “embranquecidos” como resultado de uma melhoria na situação econômica.

comerciantes (portugueses e brasileiros), as demandas entabuladas por eles variavam muitas vezes, assumindo configurações próprias mais diretamente ligados ao viés da etnicidade (índios, mestiços, negros) e da condição jurídica (livre, liberto ou escravo). No interior dos grupos que aí gravitavam, experiências compartilhadas, ocasionalmente surtiam movimentos nos quais diversos setores do “populacho” apareciam juntos, mas, em geral, os fortes critérios de estratificação e hierarquização social não só inibiam aproximações, como também produziam vigorosas oposições internas.

Nessa outra trajetória, os segmentos eminentemente populares, embora não fossem de forma alguma refratários as contradições do círculo político da elite provincial, apresentam uma gama de tensões de ordem diversa, que se ligavam, principalmente, ao caótico contexto sócio-econômico regional. Neste caso, os fatores que fundavam e alimentavam tais tensões estariam ligados ao reforço dos mecanismos de dominação e coerção, ao abandono da produção voltada à subsistência e ao aumento generalizado da miséria e das epidemias, numa sociedade que sequer conseguia garantir a reprodução física de suas populações.

O reconhecimento de campos distintos aponta para o fato de que a Cabanagem, ao eclodir violenta em meados dos anos 1830, não se mostrava como um movimento social unívoco, cujas tensões e lutas se dirigiam para um fim comum, identificado seja na afirmação de “sentimentos nacionalistas” emergentes, seja na igualmente idílica vontade de uma redenção sócio-econômica regional. Ela expressava antes um momento conjuntural da história paraense onde aquelas diferentes trajetórias, haviam ganhado expressão e densidade ao se entrecruzarem, produzindo um processo aberto de confrontações armadas que colocou por terra todo e qualquer vestígio de autoridade institucional, no momento mesmo em que a pluralidade de demandas do movimento, bem como seus aspectos conflitantes inviabilizavam a emergência de um “projeto” único e de hegemonia entre os insurgentes.

Outro grande problema das interpretações acerca da Cabanagem está ligado ao fato dela ter sido sistematicamente entendida enquanto *episódio*, o que ajuda a esclarecer a polêmica sobre o estabelecimento preciso de um recorte cronológico calcado em marcos de fundação igualmente rígidos. Uma breve investigação a partir das obras mais importantes, resultará numa tal confusão de datas que chega-se mesmo a pensar não se estar falando de um único e mesmo tema. Desde cedo esboçou-se a tendência de periodizar o movimento a partir de dois marcos bem estabelecidos (o 7 de janeiro de 1835 e o 13 de maio de 1836), datas que remetem, respectivamente à invasão da capital da Província pelos rebeldes e à sua expulsão dali pelas forças da repressão imperial.

Embora haja certa unanimidade em reconhecer este interstício como um momento crucial da rebelião, logo cedo apareceram importantes variações: Moreira de Azevedo e Pereira da Silva, cronistas políticos do Império, entenderam o movimento cabano estritamente enquanto rebeliões do período regencial (1831 - 1840); Caio Prado Júnior registrou duas outras datas: 1833 e 1836; Jorge Hurley, reforçando o caráter nativista da Cabanagem, a atrelou de forma pontual ao movimento de emancipação política, recuando suas origens à 1823; Pasquale Di Paolo sugeriu um recorte cronológico/temático alternativo, com datas precisas (dia, mês e ano) e consecutivas para cada uma de suas distintas fases: “revolução cabana: luta política (jun/1834 - 20.6.1835)”, “revolução cabana: luta social (20.6.1835 - 13.5.1836)” e “revolução cabana: luta de resistência (13.5.1836 - 22.8.1848)”. (DI PAOLO, 1990: 11)

Uma cronologia nunca é “dada” ao historiador, seja pela força e vigor de determinados acontecimentos, seja, como as vezes é comum se ouvir dizer, “dada pela documentação compulsada”. Uma cronologia emerge antes como resultado (consciente ou inconsciente) das reflexões que o pesquisador empreendeu, levando em conta uma multiplicidade de evidências por ele selecionadas e analisadas. Estas opções esbarram, inclusive, no âmbito heurístico da pesquisa (maior disponibilidade de fontes para um dado período que para outro, a própria tipologia das fontes disponíveis, as indicações esboçadas em trabalhos anteriores, etc.) e remetem às próprias condições materiais de produção da obra e de seu autor. Condições de vida, conflitos sociais, pontos de vista políticos, concepções religiosas e até envolvimento pessoais, juntando-se à concepções teóricas e à metodologia empregada, contribuem para sedimentar o lugar social de onde os historiadores buscam visualizar, compreender e problematizar seus temas.

Isso significa dizer que os eventos, sejam eles quais forem e por mais impactantes que possam ter sido, não se “impõem” ao historiador como marcos ou balizas definidoras de um dado processo. Quando muito, o historiador pode “justificá-los”, e assim procedendo, o faz sempre a partir do sentido que lhes quer atribuir. Ou seja, são seus enfoques, suas problemáticas, que em última instância fazem uma dada cronologia emergir e ganhar relevância.

Essa perspectiva ajuda a compreender porque também no caso da Cabanagem, novas vivências e novas inquietações têm produzido constantes reinterpretações do movimento, de igual forma explicando o surgimento de tantas e tão diferenciadas cronologias. No entanto, o principal problema está em se atrelar a análise de um movimento extremamente complexo como a Cabanagem em balizas cronológicas rígidas (por vezes com “precisão” cirúrgica,

como em Di Paolo!). Assim procedendo, perde-se uma dimensão fundamental para a análise daquele movimento, que é o seu *caráter processual*. Em outras palavras, o que fica de problemático é que, assim esboçadas, as cronologias parecem conter uma forte dose de simplificação, na medida em que reduzem a explicação do evento a um ou à alguns poucos determinantes (atos fundadores), quase sempre colhidos a partir da conjuntura política provincial. Dessa forma, ao invés de apresentar o movimento como um *continuum* de tensões e lutas², a Cabanagem vêm à tona, congelada enquanto episódio, na frieza de deliberações políticas de um punhado de “grandes homens”.

Para que se possa recuperar a dimensão processual da Cabanagem, é preciso que se dê a necessária ênfase em duas pontas distintas, porém intimamente imbricadas, do processo histórico regional. Numa delas, como já vêm sendo feito por uma historiografia mais recente sobre o tema (MOREIRA NETO, 1988; CHIAVENATO, 1984), deve-se chamar atenção para os aspectos ligados aos mecanismos da conquista colonial no Grão-Pará, para as estruturas de dominação e subordinação, discutindo temas importantes como a precariedade das condições de vida e trabalho e a ação devastadora das epidemias e da fome. Na outra ponta, é preciso trabalhar num tema que parece ter se perdido no esquecimento dos historiadores, ou, o que é menos justificável, ter sido por eles desconsiderado como irrelevante. Trata-se de recuperar as diversas práticas de resistências e lutas entabuladas pelos segmentos populares da região que antecedem em muito o movimento cabano.

É preciso entender que, embora estruturas de dominação atreladas a práticas verdadeiramente tirânicas acabassem por predispor os agentes sociais oprimidos a entabular atos de insubordinação e resistência, elas não eram, no entanto, a garantia para que ações desse tipo se efetivassem. Em muitos casos, a eficácia dos mecanismos de persuasão e de repressão tornava os atos de rebeldia esporádicos e pouco problemáticos para a manutenção das estruturas espoliativas. Contudo, não foi isso que se passou na Amazônia. Vista pelo prisma dos movimentos de rebeldia popular, a história da região, principalmente após a segunda metade do século XVIII, sugere a imagem de um caldeirão efervescente, onde várias contradições eram esgarçadas, na luta, por cada um dos diversos segmentos sociais.

2 Os próprios rebeldes pareciam entendê-la dessa maneira, e em mais de uma oportunidade externaram suas crenças na eclosão de novos movimentos “Cabanos”. Neste sentido, é interessante notar que o registro carcerário de Pedro Fernandes de Souza acusa-o de pregar que “se chegasse a haver outra Cabanagem que seria muito pior que a passada”. Da mesma forma, o registro de prisão de Joaquim Esmeraldo da Conceição trazia a informação de que seu pai, não cessava “de pregar que ainda o tempo cabanal há de tornar e então será vingado”. Códice 1130, do APEP.

As ações de rebeldia popular não só se tornaram recorrentes na região, como também acabaram fragilizando o aparato repressivo. Em várias regiões do sertão amazônico estruturas espoliativas foram seriamente abaladas por movimentos populares que, literalmente, tentaram colocar por terra todo e qualquer vestígio de autoridade institucional. Por outro lado, tem sido comum na historiografia regional entender os movimentos populares como despossuídos de interesses próprios, sendo mera decorrência das contradições políticas das classes dominantes. Antonio Domingos Raiol, ao narrar um dos diversos “motins políticos” ocorridos na Província do Grão-Pará antes da Cabanagem, insistia nesse ponto: a luta política dos partidos, ou melhor, a do partido “filantrópico” paraense era justificada pela nobreza da causa (nativista) que pugnava, mas infelizmente, dizia ele,

Há em todos os partidos políticos gênios atrabiliários que, dominados por paixões, se deixam quase sempre arrastar pelas impressões do momento, preferindo os recursos violentos da força aos meios pacíficos da lei. A gente que forma a cauda de tais partidos de ordinário não tem o necessário conhecimento dos homens e das coisas; obra mais pelos impulsos ardentes da sensibilidade do que pelos ditames frios da razão. (RAIOL, 1970: 204)

A posição francamente elitista de Raiol e sua plena convicção na ignorância inata da plebe (“*não tem o necessário conhecimento dos homens e das coisas*”) faziam com que ele entendesse todas as ações do “populacho” como instintivas (“*obra mais pelos impulsos*”); daí resultar em sua análise que os populares acompanhem desnorteados (“*cauda de tais partidos*”) os movimentos da elite, estes sim pautados “*pelos ditames frios da razão*”.

Não deve existir dúvida de que as contradições internas dos grupos dominantes acabavam favorecendo as rebeliões populares, assim como é legítimo supor que tais setores tenham aceitado (parcial ou integralmente) os acenos de cooptação a eles dirigidos. Todavia, atribuir ao protesto popular uma atitude de mera derivação é algo que efetivamente não se aceita, na medida em que obscurece os motivos, estratégias, alvos e intenções próprios daquele segmento.

É mais provável, no entanto, que os dois movimentos (um na cúpula e outro na base da sociedade paraense), caminhassem com alguma autonomia ao longo de trajetórias diferenciadas. Embora a aguda crise institucional, política e econômica aberta nos anos 1820 acabasse por criar mecanismos de interação, tão logo as representações formais do poder institucional deram os primeiros sinais de debilidade, a tendência foi, no interior dos movimentos populares, recusar a cooptação em favor de ações diretas e autônomas de rebeldia.

Assim, do ponto de vista aqui defendido, a Cabanagem emerge gradativamente a partir das lutas continuadas que se desenvolveram de alto a baixo no imenso Grão-Pará. Quando, finalmente, em meados da década de 1830, as duas trajetórias de tensões, fortalecidas à sombra das crises institucionais (das quais elas também são partes integrantes), começam a organizar e empreender movimentos de rebeldia cada vez mais impactantes, desconsiderando todo e qualquer tipo autoridade e hierarquias sociais vigentes, fica configurada a situação de franca insurgência que se convencionou chamar de Cabanagem.

A insurreição popular ocorrida no Lugar da Barra do rio Negro (hoje Manaus), outrora sede da Capitania de São José do Rio Negro (depois Comarca do Alto Amazonas) exemplifica essa tensão latente entre grupos populares rebelados e lideranças políticas locais que buscam oportunizar múltiplas formas de motins e rebeliões populares atribuir-lhes um sentido diverso daquele assumido pelo movimento em sua origem. Portanto, nela é possível perceber também como as múltiplas formas da revolta popular eram não só recusadas em seus termos próprios, mas ainda incorporadas e amplificadas pelos movimentos de protestos dos setores dominantes.

Outro aspecto relevante é que, em muitos outros aspectos, essa a insurreição de 1832 antecipa práticas e antagonismos que poucos anos mais tarde vão manifestar-se nas ruas de Belém com a ocupação cabana.

Na manhã de 12 de abril de 1832, Barra foi despertada por um vigoroso toque de rebate. Tratava-se, a princípio, de mais um movimento da “soldadesca solta dos laços da subordinação” (ARAÚJO E AMAZONAS, 1984: 157). Sob a liderança do soldado Joaquim Pedro, parte da tropa passou a apoderar-se das armas e a ocupar pontos estratégicos do quartel. A presença do Comandante Militar da Capitania, Felipe dos Reis, não conseguiu conter a resistência de soldados há muito vitimados pelos recrutamentos obrigatórios, maus tratos e atraso nos soldos. Os soldados enfrentaram seu superior e acabaram por assassiná-lo.

O recrutamento forçado às milícias estava no cerne das preocupações populares e sua prática era frequentemente incendiária. Desde cedo, as incorporações forçadas, comuns no trato com os grupos indígenas, foram também estendidas às populações não índias (mulatos, pardos, mamelucos, cafuzos e até mesmo brancos) das vilas da Província. Como a pressão por braços aumentava na proporção inversa em que os recursos escasseavam, a incorporação forçada passou a assumir proporções verdadeiramente tirânicas, e encobria a revitalização disfarçada do escravismo no sertão amazônico. No início do ano de 1820, por exemplo, o governador da antiga Capitania do Rio Negro,

mandou recrutar pelos comandantes todos os soldados solteiros da 2ª linha, e todos os filhos dos moradores que tivessem doze anos de idade, para soldados de 1ª linha. Os pais ou parentes que tivessem a soma de 200\$, 100\$ e 80\$ réis, *compravam os filhos para não serem soldados ao governador*: Até finalmente uma pobre viúva da vila de Silves, Tereza de Belém, não possuindo mais que as suas jóias, as vendeu para resgatar por 50\$ réis a seu filho único, que lhe servia de arrimo. (SOUSA, 1848: 480)

Como sugere a citação, a posse de cargos públicos, sendo muitas vezes mera extensão do poder local de proprietários e fazendeiros, favorecia a apropriação privada dos recursos públicos. Frequentemente, as levadas de recrutados para os serviços públicos, acabavam servindo aos interesses específicos de poderosos proprietários. Povoados inteiros chegaram a ser removidos para a execução de trabalhos em áreas distantes, em métodos que lembravam a “*Mita*”, uma das formas de exploração do trabalho indígena na América Colonial Andina. O Cônego André Fernandes deixou vários exemplos dessas “*mudas*” de população ocorridas na Capitania do Alto Amazonas. Argumentou que a vila de Borba, “*populosa em outro tempo, agora está despovoada de índios e índias, pela requisição dos serviços reais*” (1848: 424). Da mesma maneira, denunciou que o “*Pesqueiro Real*” e os cafezais localizados em Manacapuru, haviam se constituído em verdadeira “*pedra de escândalo para se despovoar de índios e índias o Lugar de Avellos, com o nome de mudas para o serviço, que jamais voltam à povoação*” (p. 433). Também o Lugar de Santo Antônio de Imaripí (no Solimões, próximo ao rio Japurá), tido como populoso, acabou “*despovoado com a requisição das mudas para o serviço dos comandantes em Ega*”. (p. 438)

O mesmo Cônego chegou a acusar o Governador José Joaquim Vitória de ter transferido a sede da Capitania do Rio Negro de Barcelos para Barra (Manaus), para assim favorecer seus empreendimentos comerciais. O governador, visando desenvolver sua chácara, teria, inclusive, movido “*toda a capitania, fazendo trabalhar nela quatrocentos a quinhentos índios de um e outro sexo, unicamente com módico sustento por paga*”. (SOUSA, 1848: 451).³ Assim, as “*agarranças*” aliviavam o peso da crise econômica para um punhado de beneficiários, enquanto destruíam a estrutura familiar nos aldeamentos e vilas, ampliando a situação de penúria, na medida em que acabava deslocando braços anteriormente ligados à lavoura de subsistência.

3 Povoações longínquas, como São Miguel e Santa Bárbara, ambas no Alto Rio Negro, foram deslocadas para a Vila da Barra. Ao descrever os povoados, o Cônego lembrava ter a primeira duzentas almas e a segunda oitocentas, populações que, no entanto, “*as mudas e as levadas semestrais de gente de um e outro sexo para a Barra extinguíram, ficando seus lugares em campina. O resto da população incentrou-se nos matos...*”. (Sousa, 1848: 463-4)

Com efeito, é julgo pesadíssimo, e conseqüentemente insuportável, recolher-se o índio casado ao seio da sua família dos diferentes serviços públicos sem salário ou paga do seu trabalho, depois de muitos meses ou ano, e ver a sua pobre cabana cercada de soldados para o amarrarem e entroncarem e conduzirem novamente aos serviços. Oh desumanidade! Ficando sua mulher sem roça de mandioca para sustento dos seus filhinhos, e sem ter quem lhe espeque a casa, assim sem pão nem sustento, só em Deus e na compaixão pública acha o socorro. (SOUSA, 1848: 474)

Eram também as populações das vilas as que mais sofriam a espoliação do fisco, que lhes cobrava fintas, dízimos e redízimos, todos verdadeiramente escorchantes. Além do mais, qualquer novo investimento público, por mais modesto que fosse, servia de pretexto para que novas taxas fossem impingidas aos moradores. Em Barra (Manaus), a idéia de se construir uma nova igreja (a de Nossa Senhora dos Remédios) resultou na imposição de pesadas contribuições aos seus habitantes. Como essas cobranças se faziam sempre por meio de coações físicas, em muitos casos, o medo de uma inevitável represália, levava vários moradores – sem meios próprios para pagar as taxas – a contrair empréstimos onerosos, que acabavam de arruiná-los. (SOUSA, 1848: 480)

A insurgência da tropa na Vila da Barra alastra-se do quartel à praça pública, engrossada pelos populares que a ela aderem quase que imediatamente, vociferando contra seus mandatários. Na refrega é também assassinado o Ouvidor, maior autoridade civil da Comarca e, diante de uma Câmara Municipal cercada, os vereadores apressam-se a negociar o pagamento de soldos e o fim dos maus tratos no quartel, outra prática secular na vida dos milicianos.

Tal como ocorreria três anos mais tarde em Belém a sedição popular e a adoção de uma justiça sumária e violenta que se volta imediatamente contra a figura dos principais mandatários criou um vácuo de poder e abriu caminho para que mais tarde, em 22 de junho, as lideranças políticas locais levassem a cabo a pretensiosa idéia de proclamar a emancipação da Capitania de São José do Rio Negro, separando-a, não do Império, mas da Província do Pará e transformando-a em Província do Império.

Com este ato, as lideranças político-econômicas da Capitania exercitavam um sonho acalentado desde a década anterior, quando a necessidade de reestruturação política gerada pela emancipação política brasileira, levou a uma nova estruturação administrativa do Império, e a então Capitania de São José do Rio Negro se viu arrolada no texto preparado pela Assembléia Constituinte de 1823 como uma das Províncias do novo Império do Brasil, o que acabou não se concretizando (LIMA, 1978:15-25)

Enquanto os rastros do “movimento autonomista” (junho de 1832) foram amplamente pesquisados e debatidos, a sedição da tropa e a turba popular que lhe seguiu, ocorrida quase três meses antes (abril), não chegou a ser seriamente investigada. Quase nada se sabe sobre ela, seus motivos ou suas conseqüências imediatas, embora a narrativa elaborada pelo seu primeiro cronista trouxesse uma indicação de seu fracasso, sugerindo ter sido o movimento logo abafado (ARAÚJO E AMAZONAS, 1984: 157). A levar em consideração tal informação, é possível supor que o movimento tenha sido diluído e/ou cooptado pelas elites locais.

Encarada como uma afronta ao governo de Belém, a insubordinação ocorrida na Barra do Rio Negro provocou reação insensível e truculenta, sem concessões aos insurretos. As tropas enviadas para reprimir o movimento, cumpriram fielmente suas ordens e restituíram a autoridade provincial a custa de inúmeras mortes. Todavia, o preço dessa ação foi a consolidação de ressentimentos profundos e duradouros, que emergiriam novamente, agora sob a bandeira da Cabanagem.

BIBLIOGRAFIA:

- ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. 2ª ed. Manaus, Associação Comercial, 1984.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 3ª ed. Belém: Cejup, 1990.
- HURLEY, Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.
- LIMA, Araújo. *Amazônia: a terra e o homem*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975.
- MIRANDA, Bertino de. *A Cidade de Manaus: sua história e seus motins políticos*. 2ª ed (fac-símile). Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1984, (1ª edição: 1908)
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 1998.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem*. Manaus, Valer, 2001.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª ed., 3v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969/1970.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Autonomia do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1966.
- REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e Nativismo: a história como “biografia da nação”*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOUSA, André Fernandes. Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 10, p. 411-504, 1848.